

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.767 - SP (2019/0239476-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : NIVALDINO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DOSIMETRIA PENAL. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. VALORAÇÃO NEGATIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. EXASPERAÇÃO EM PATAMAR SUPERIOR A 1/6 (UM SEXTO). DESPROPORCIONALIDADE.

1. A reprovação das consequências do crime está calcada em elementos concretos, extraídos do acervo fático-probatório dos autos, os quais não podem ser considerados inerentes à estrutura típica do crime imputado. A revisão do acórdão, nesse ponto, demandaria o reexame de provas, o que, no âmbito do recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula n. 7/STJ.

2. Não ficou adequadamente justificado, porém, o incremento da pena-base na proporção de 1/2 (metade) da pena mínima abstratamente prevista no preceito secundário do tipo penal violado.

3. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, *"a exasperação da pena-base, pela existência de circunstâncias judiciais negativas, deve seguir o parâmetro de 1/6 (um sexto) para cada circunstância negativamente valorada, fração eleita em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, ressalvada a apresentação de motivação concreta, suficiente e idônea que justifique a necessidade de elevação em patamar superior, o que não ocorreu no caso concreto"* (AgRg no REsp 1828250/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019). Precedentes.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO. ART 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

1. O pleito ministerial direcionado à execução provisória das penas restritivas de liberdade encontra barreira na dicção do art. 147 da Lei de Execução Penal, que condiciona o início do cumprimento dessas reprimendas ao trânsito em julgado da sentença que as cominou.

2. Importante salientar a plena vigência da norma penal, que em nenhum instante teve a sua constitucionalidade afastada, cabendo ressaltar, ainda, a recente diretriz estabelecida pelo Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal, no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, de que a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância, antes de formada a coisa julgada, contraria o princípio da presunção de não culpabilidade, previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator